



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004108-16.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Panificadora La Barca Ltda-ME**  
 Embargado: **Trigo & Cia Logística e Distribuição de Alimentos Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**Vistos.**

PANIFICADORA LA BARCA LTDA, com qualificação nos autos, em sede de embargos à execução ajuizada por **TRIGO & CIA LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA ME**, alegou, em síntese, que a embargada executa o débito no valor de R\$ 15.834,16 referente a 10 (dez) boletos bancários tendo como causa 03 (três) notas fiscais emitidas contra a embargante. Aduz que atrasou os pagamentos dos boletos bancários e, procurando honrar os compromissos assumidos, pretendeu pagar o valor correto e justo pelo débito, porém o embargado cobrou valor acima do permitido legalmente, e entregou, via cartório, boletos/intimação fora do prazo de pagamento, sendo indevida e abusiva a cobrança de juros de mora, correção monetária e multa, sendo cabível a aplicação do CDC no presente caso.

Requeru o recebimento dos presentes embargos com efeito suspensivo e que, na execução, seja considerado o valor original de R\$ 13.183,00 excluindo os encargos da mora.

Juntou documentos (fls.08/13).

Os embargos não foram recebidos com efeito suspensivo (fls. 62).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O embargado, em impugnação de fls. 66/74, requereu os benefícios da gratuidade da justiça. Aduziu que durante a tentativa de acordo extrajudicial foi proposto pela embargante o pagamento da dívida através da entrega de máquinas sucateadas e da entrega de um veículo que não se encontrava em nome da devedora ou de seus sócios, além de seu péssimo estado de conservação, possuía várias pendências, multas e impostos.

Pugnou, destarte, pela rejeição dos embargos.

Réplica de fls. 85/86.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

O caso comporta julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do NCPC, tendo em vista que a matéria é apenas de direito.

De início, indefiro os benefícios da gratuidade de justiça ao embargado, dado que os documentos apresentados (fls. 77/78) são insuficientes para comprovar sua incapacidade financeira.

Nos autos é evidente que a relação estabelecida entre as partes é de insumo, que se consubstancia na aquisição ou obtenção de bens ou serviços como fomento da atividade produtiva da autora.

Portanto, quem adquire produto ou serviço para colocá-lo no seu processo produtivo, vendendo-o ou utilizando-o como incremento de sua atividade produtiva, não recebe a proteção da Lei nº 8.078/90.

No mérito, a improcedência dos embargos é medida de rigor.

Cuida-se de execução de duplicatas mercantis por indicação. Para isso, precisam estar acompanhada do instrumento de protesto por indicação e do comprovante de entrega da mercadoria ou da prestação dos serviços.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA DE SÃO CARLOS  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 4ª VARA CÍVEL  
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Nesse sentido: EMBARGOS À EXECUÇÃO - DUPLICATAS MERCANTIS VIRTUAIS POR INDICAÇÃO - INICIAL - INSTRUÇÃO COM NOTAS FISCAIS, INSTRUMENTOS DE PROTESTO COMPROVANTES DE ENTREGA DAS MERCADORIAS - EMBARGANTE - NÃO INSURGÊNCIA CONTRA O NEGÓCIO JURÍDICO E AS ASSINATURAS LANÇADAS NOS DOCUMENTOS - TÍTULOS - EMISSÕES CONFORME AS LEIS Nºs 5.474/68 E 9.492/97 - EXECUÇÃO - EXCESSO - NÃO RECONHECIMENTO - DÉBITO - DEMONSTRATIVO COM EMPREGO DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO E JUROS DE MORA - PEDIDO - IMPROCEDÊNCIA - SENTENÇA - MANUTENÇÃO. APELO DA EMBARGANTE NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação 0001466-97.2015.8.26.0165; Relator (a): Antonio Luiz Tavares de Almeida; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Foro de Dois Córregos - 1ª Vara; Data do Julgamento: 24/08/2017; Data de Registro: 25/08/2017)

No caso em tela, os boletos bancários referentes às notas fiscais em que se fundam a execução (fls. 31) possuem no campo de instruções quanto ao pagamento em atraso, compondo-se de juros de mora e multa, sendo, ainda, sujeito a protesto

A inicial da execução veio instruída com as notas fiscais, devidamente assinadas acusando o recebimento dos produtos, demonstrativo de débito, no qual constam os cálculos realizados, com especificação do principal e encargos exigidos, em conformidade com o estabelecido no art. 798, I, a e b do NCPC.

A alegação, pela embargante, de que por culpa do embargado não adimpliu com suas obrigações não vinga, por não constar nos autos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

comprovada manifestação voluntária de solver seus débitos.

Documento de fls. 13 apresenta instruções para o caso de recebimento do boleto/intimação após o vencimento: *"Se receber esta intimação/boleto após o vencimento, entrar em contato com o cartório no mesmo dia do recebimento para obter novos boletos"*, não tendo a embargante adotado tal procedimento.

Ademais, pretendesse pagar tempestivamente para não incidir encargos moratórios, poderia ter se valido da consignação em pagamento, mas não o fez.

O alegado de excesso de execução também não se sustenta, já que a embargante nem sequer apresentou cálculos dos valores que entende devidos, contrariando, assim, o que dispõe o § 3º do art. 917, NCPC.

Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos, devendo a execução prosseguir em seus ulteriores termos.

Dada a sucumbência da embargante, arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor do débito em execução.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de agosto de 2017.